


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**
Processo nº: **0001686-27.2013.8.26.0566**Classe - Assunto **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

Marco Antonio Maciel propõe ação contra Banco do Brasil Sa aduzindo que nunca contratou com o réu e, ao dirigir-se a comércio local, seu crediário foi negado sob a alegação de que seu nome se encontrava lançado em órgãos de restrição de crédito – SERASA, SCPC e CCF (cadastro de emitentes de cheques sem fundo), pelo réu. Que havia 20 cheques devolvidos e um débito no valor de R\$ 12.593,16. Que procurou a agência local, mas foi informado que deveria se dirigir à agência que efetuou a abertura da conta, em São Paulo. Que foi vítima de fraude, mesmo porque nunca esteve em São Paulo. Requereu, em sede de antecipação de tutela, a exclusão de seu nome dos mencionados cadastros ou, supletivamente, a suspensão da publicidade; a aplicação do CDC com a inversão do ônus da prova; a exibição dos documentos, a declaração de inexigibilidade do débito e a indenização por dano moral em valor correspondente a 05 vezes o valor que foi negativado. Juntou documentos (fls. 14/16).

A antecipação de tutela foi indeferida (fls. 18/21).

Citado, o réu afirmou que não houve falha do banco na suposta contratação, pois tomou todas as cautelas necessárias para tanto. Que também foi vítima de fraudador; que agiu em exercício regular de direito ao inscrever a dívida; que não há se falar em indenização.

Ofício da Serasa a fls. 49.

Réplica a fls. 54/55 e vº.

A fls. 56 o Juízo determinou à supressão da publicidade das anotações em nome do autor.

As partes foram instadas a especificar provas (fls. 61), tendo somente o autor se


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

manifestado a fls. 63/64.

A fls. 67 o Juízo determinou a exibição dos contratos, o que foi atendido a fls. 71/78.

O feito foi saneado acatando-se a aplicação do CDC ao presente caso e deferindo-se a inversão do ônus da prova . Perícia grafotécnica foi determinada (fls. 83/86)

Honorários periciais foram depositados e as vias originais dos documentos foram juntadas.

A fls. 105/423 foram juntados documentos referentes a pessoa estranha a estes autos.

Laudo pericial foi juntado a fls. 439/481 e sobre ele, apesar de intimados, as partes não se manifestaram (fls. 486).

O laudo foi homologada e a instrução encerrada.

Memoriais do réu a fls. 530/538. Autor ficou-se inerte (fls. 570).

É incontroverso - leia-se a contestação que admite a ocorrência da fraude - e está comprovado nos autos, pelo laudo pericial, que abertura da conta corrente e de financiamento foi contratada por terceiro que, valendo-se do nome do autor, falsificou seus documentos e sua assinatura, celebrando o contrato com a instituição financeira que, por sua vez, diante da inadimplência, levou o título à inscrição nos órgãos de restrição, o que abalou o crédito do autor.

O banco é responsável, e sua responsabilidade é objetiva (art. 14, caput, CDC), sendo que não comprovou a culpa exclusiva do autor da fraude (art. 14, § 3º, II, CDC), já que concorreu para a causação do dano ao não fiscalizar a congruência das assinaturas das quais se valeu o estelionatário por ocasião da celebração do contrato, e também não adotou medidas extras de cautela, como a exigência de firma reconhecida; assumiu risco, portanto, inerente à sua atividade, sendo tal assunção de risco o próprio fundamento de sua responsabilização civil.

O laudo pericial foi categórico em afirmar que a assinatura constante dos documentos bancários não partiram do punho do autor.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

À guisa de conclusão, temos que a dívida não existe.

Quanto ao danos morais, estes são devidos.

A Sumula 385 do STJ haverá que ser afastada, nestes autos, pois a inserção, pela Claro S/A (fls. 16), já foi motivo de discussão judicial, tendo o V. Acórdão já transitado em julgado, reconhecendo, também lá, a existência da fraude aqui discutida (cópias em anexo, que ficam fazendo parte integrante desta).

Na hipótese específica de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes, firmou-se jurisprudência no sentido de que o dano moral se configura *in re ipsa*, prescindindo de prova (STJ: AgRg no AREsp 628.620/SP, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, 3ªT, j. 16/04/2015; AgRg no AREsp 501.533/DF, Rel. Min. SIDNEI BENETI, 3ªT, j. 27/05/2014; REsp 1059663/MS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, 3ªT, j. 02/12/2008).

Outra questão diz respeito ao valor da indenização, caso identificado o dano moral. A dificuldade está em se mensurar a indenização, pois a régua que mede o dano não é a mesma que mede a indenização. Se o dano é material, o patrimônio e sua variação constituem parâmetros objetivos para a indenização<sup>1</sup>. Há equivalência lógica entre o dano e a indenização, porque ambos são conversíveis em pecúnia. Isso não se dá, porém, em relação ao dano moral. Por sua natureza, inexistem parâmetros para se medir, em pecúnia, a extensão do dano não patrimonial.

Isso significa que um pagamento em dinheiro jamais reparará o dano moral, vez que a dignidade aviltada pela lesão não é restituída, com qualquer pagamento, à situação existente antes do dano.

Tal circunstância bem explica a impossibilidade de se arbitrar, de modo

<sup>1</sup> No caso do dano emergente, paga-se o montante estimado para o restabelecimento do patrimônio anterior, que foi diminuído. No caso dos lucros cessantes, paga-se valor estimado com base na expectativa razoável de acréscimo patrimonial, que foi obstado.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

objetivo, o valor da indenização, com base na extensão do dano. Com efeito, é teoricamente possível, embora não sem esforço, graduar as lesões a direitos da personalidade, ao menos a título comparativo, podendo-se definir, de caso concreto em caso concreto, segundo critérios de razoabilidade, níveis de intensidade da lesão. Mas da graduação do dano não se passa, objetivamente, à gradação da indenização, que se dá em pecúnia. O problema não é resolvido. Por esse motivo, tem-se a inaplicabilidade, ao menos total, da regra do art. 944 do CC, segundo a qual “a indenização mede-se [apenas] pela extensão do dano”.

A indenização deve levar em conta o papel que desempenha. Em realidade, a indenização exerce função diversa, no dano moral, daquela desempenhada no dano material. A função é compensatória, ao invés de reparatória. A indenização corresponde a um bem, feito ao lesado, no intuito de compensá-lo pela lesão imaterial sofrida, como um lenitivo, uma satisfação que servirá como consolo pela ofensa cometida.

Às vezes, esse propósito compensatório pode ser promovido por intermédio de punição: a indenização – dependendo de seu valor – é vista como retribuição ao ofensor pelo mal por ele causado, o que pode trazer para a vítima alguma paz de espírito.

Mas a punição é função secundária, e não autoriza indenizações em patamar extraordinário como as verificadas em outros ordenamentos jurídicos, mormente no norte-americano por intermédio dos *punitive damages*.

Nosso sistema jurídico não prevê essa figura, consoante lição do STJ: “(...) A aplicação irrestrita das *punitive damages* encontra óbice regulador no ordenamento jurídico pátrio que, anteriormente à entrada do Código Civil de 2002, vedava o enriquecimento sem causa como princípio informador do direito e após a novel codificação civilista, passou a prescrevê-la expressamente, mais especificamente, no art. 884 do Código Civil de 2002.” (AgRg no Ag 850.273/BA, Rel. Min. Des. Convocado HONILDO AMARAL DE MELLO CASTRO do TJ/AP,


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

4ªT, j. 03/08/2010).

Com os olhos voltados à função compensatória, a doutrina e a jurisprudência traçaram as principais circunstâncias a serem consideradas para o arbitramento do dano moral, sendo elas (a) a extensão do dano, isto é, da dor física ou psíquica experimentada pela vítima (b) o grau de culpabilidade do agente causador do dano (c) a eventual culpa concorrente da vítima, como fator que reduz o montante indenizatório (d) as condições pessoais da vítima (posição política, social e econômica).

Há quem ainda proponha a condição econômica do ofensor, referida na fundamentação de muitos precedentes. Todavia, tal elemento deve ser bem compreendido, à luz das soluções que os precedentes tem apresentado nos inúmeros casos postos à apreciação judicial. Com efeito, a jurisprudência preocupa-se muito com a questão do enriquecimento indevido, o que serve de argumento contrário à fixação de valores indenizatórios altíssimos com base na robusta condição do ofensor. Temos observado que, na realidade, a condição econômica é considerada, mas especial e essencialmente nos casos de ofensores de modestas posses ou rendas, para reduzir equitativamente a indenização, evitando a ruína financeira.

No presente caso, fixo os danos morais em R\$ 10.000,00.

Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a ação para (a) declarar a inexigibilidade do débito, (b) determinar a exclusão definitiva do nome do autor dos bancos de restrição de crédito, inclusive do cadastro de emitentes de cheques sem fundos, em virtude da dívida aqui declarada inexigível; (c) condenar o réu ao pagamento de R\$ 10.000,00, atualizados monetariamente desde a presente data, e juros moratórios desde a data do fato (03/09/2012 – data da negativação - fls. 49). CONDENO o réu, ainda, nas verbas sucumbenciais, arbitrados os honorários devidos ao patrono do autor em 10% sobre o valor da condenação.

*A serventia deverá providenciar o desentranhamento da petição de documentos*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

*de fls. 105/423, pois não pertencentes a estes autos.*

P.R.I.

São Carlos, 07 de junho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**